

SUMÁRIO

TÍTULO I DIREITO PROCESSUAL PENAL EM GERAL

1.	Linhas introdutórias.....	43
1.1.	Conceito e finalidade.....	43
1.2.	Características	44
1.3.	Posição enciclopédica.....	44
2.	Entendendo o tema	44
2.1.	Interesse.....	44
2.2.	Pretensão.....	44
2.3.	Lide.....	45
2.4.	Ação.....	45
2.5.	Processo.....	46
2.5.1.	Procedimento	46
2.5.2.	Relação jurídica processual	47
2.5.3.	Natureza jurídica do processo.....	48
3.	Sistemas processuais.....	49
3.1.	Sistema inquisitivo	49
3.2.	Sistema acusatório	50
3.3.	Sistema misto ou acusatório formal.....	51
4.	Fontes.....	51
4.1.	Fonte de produção ou material.....	51
4.2.	Fonte formal ou de cognição	52
5.	Analogia	52
5.1.	Analogia legis.....	52
5.2.	Analogia juris	53
6.	Interpretação da lei processual penal.....	53
6.1.	Classificação	53
6.1.1.	Quanto à origem ou ao sujeito que realiza a interpretação.....	53
6.1.2.	Quanto ao modo ou aos meios empregados na interpretação	54
6.1.3.	Quanto ao resultado da interpretação.....	54
7.	A lei processual penal no tempo.....	54
8.	A lei processual penal no espaço	56
9.	Quadro sinótico.....	58
10.	Súmulas do STJ.....	60
11.	Súmulas do STF.....	60

TÍTULO II PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.	Introdução.....	61
2.	Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade.....	61
3.	Princípio da imparcialidade do juiz	64
4.	Princípio da igualdade processual (princípio da paridade de armas e sua distinção).....	65
5.	Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência.....	65

6. Princípio da ampla defesa.....	67
7. Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes.....	67
8. Princípio da oficialidade.....	68
9. Princípio da oficiosidade.....	68
10. Princípio da verdade real.....	68
11. Princípio da obrigatoriedade.....	69
12. Princípio da indisponibilidade.....	70
13. Princípio do impulso oficial.....	71
14. Princípio da motivação das decisões.....	71
15. Princípio da publicidade.....	71
16. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	73
17. Princípio do juiz natural.....	73
18. Princípio do promotor natural ou do promotor legal.....	74
19. Princípio do defensor natural.....	74
20. Princípio do devido processo legal.....	75
21. Princípio do favor rei ou favor réu.....	75
22. Princípio da economia processual.....	76
23. Princípio da oralidade.....	76
24. Princípio da autoritariedade.....	77
25. Princípio da duração razoável do processo penal.....	77
26. Princípio da proporcionalidade.....	79
27. Princípio da inexigibilidade de autoincriminação.....	80
28. Princípio da cooperação processual.....	82
29. Quadro sinótico.....	83
30. Súmulas do STJ.....	84
31. Súmulas do STF.....	84

TÍTULO III JUIZ DAS GARANTIAS

1. Conceito.....	85
2. Fundamento constitucional.....	85
3. Suspensão cautelar da eficácia dos arts. 3º-A a 3º-F do CPP entre os anos de 2020 e 2023.....	86
4. Julgamento do mérito das Adi's 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305.....	88
5. Implementação e resistência ao juiz das garantias.....	99
6. Responsabilidades e Competências criminais.....	99
6.1. Controlar a legalidade da investigação criminal.....	101
6.2. Salvar os direitos individuais submetidos à cláusula especial de reserva jurisdicional.....	101
6.3. Receber comunicação imediata da prisão.....	101
6.4. Receber o auto de prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão.....	102
6.5. Zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo.....	102
6.6. Ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.....	103
6.7. Decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar.....	103
6.8. Prorrogar prisão provisória ou outra medida cautelar, substituí-las ou revogá-las.....	104
6.9. Decidir sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis.....	104
6.10. Prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado preso.....	104
6.11. Determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento.....	105
6.12. Requisitar documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação.....	105
6.13. Decidir sobre requerimentos de afastamento de sigilo telefônico, de fluxo de comunicações, fiscal, bancário, de dados, de busca e apreensão, de informações e outros meios de obtenção de provas.....	105
6.14. Julgar o habeas corpus impetrado antes do oferecimento da denúncia.....	106

6.15. Determinar a instauração de incidente de insanidade mental.....	106
6.16. Decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa	106
6.17. Assegurar o direito do investigado e do seu defensor ao acesso a todos os elementos informativos e provas produzidos na investigação criminal.....	106
6.18. Deferir pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia.....	107
6.19. Decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação	107
6.20. Outras matérias definidas como da competência do juiz das garantias.....	107
7. Quadro sinótico.....	107
8. Súmulas do STF.....	109

TÍTULO IV INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

1. A persecução criminal.....	111
2. Polícia judiciária e polícia administrativa	111
3. Conceito e finalidade.....	112
4. Natureza jurídica.....	113
5. Destinatários	113
6. Características.....	113
6.1. Discricionariedade	113
6.2. Escrito.....	113
6.3. Sigiloso	114
6.4. Oficialidade.....	116
6.5. Oficiosidade	116
6.6. Indisponibilidade.....	117
6.7. Inquisitivo.....	117
6.7.1. Sigilo e sua relação com a natureza inquisitiva da fase pré-processual.....	119
6.7.2. Direito do advogado de se fazer presente às declarações do investigado	120
6.7.3. Nulidade do ato investigativo sem que seja assegurado ou permitido advogado.....	120
6.8. Autoritariedade	121
6.9. Dispensabilidade	121
7. Competência (atribuição)	121
8. Prazos.....	123
8.1. Regra geral.....	123
8.2. Prazos especiais	123
8.2.1. Prazos para inquéritos a cargo da polícia federal	123
8.2.2. Prazo para inquéritos policiais por crimes contra a economia popular	123
8.2.3. Prazos para inquéritos policiais por crimes de tráfico de drogas.....	124
8.2.4. Prazos para inquéritos policiais militares	124
8.3. Contagem do prazo	124
9. Valor probatório	124
10. Vícios	126
11. Notitia criminis (notícia do crime ou notícia do fato).....	127
11.1. Espécies de notícia-crime.....	127
11.1.1. Notícia-crime espontânea (cognição imediata).....	128
11.1.2. Notícia-crime provocada (cognição mediata).....	128
11.1.3. Notícia-crime revestida de forma coercitiva	130
12. Peças inaugurais.....	130
13. Incomunicabilidade	130
14. Providências.....	131
15. Indiciamento.....	137
15.1. Indiciado incapaz.....	138
15.2. Desindiciamento.....	138
15.3. Vedações ao indiciamento.....	138

15.4. Afastamento do servidor público indiciado em crimes de lavagem de dinheiro	138
15.5. Limites ao indiciamento.....	139
16. Encerramento.....	139
16.1. Procedimento para o inquérito policial que apura crime de ação penal pública.....	140
16.1.1. Quais são as hipóteses que autorizariam o pedido de arquivamento?.....	141
16.1.2. Legitimidade para o arquivamento, consequências jurídicas e coisa julgada.....	142
16.1.3. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento e ação privada subsidiária da pública.....	144
16.1.4. Divergência do magistrado quanto à manifestação de arquivamento do inquérito policial e distinções do procedimento conforme a competência da Justiça.....	145
16.1.4.1. Divergência quanto à manifestação de arquivamento na justiça estadual	145
16.1.4.2. Divergência quanto à manifestação de arquivamento na justiça federal.....	146
16.1.5. Arquivamento no âmbito do STF.....	146
16.1.6. Arquivamento no âmbito dos Tribunais de Justiça	147
16.1.7. Arquivamento e divergência no âmbito do órgão revisional do Ministério Público.....	147
16.1.8. Desarquivamento.....	148
16.1.9. Arquivamento implícito	149
16.1.10. Arquivamento indireto.....	150
16.1.11. Arquivamento provisório.....	150
16.2. Procedimento para o inquérito policial que apura crime de ação penal privada.....	150
16.3. Arquivamento do inquérito policial sem requerimento do Ministério Público.....	150
17. Investigações preliminares diversas do inquérito policial.....	151
17.1. Verificação de procedência das informações (VPI)	152
17.2. Inquéritos parlamentares.....	152
17.3. Inquéritos policiais militares.....	153
17.4. Inquérito civil	153
17.5. Inquérito judicial	153
17.6. Inquéritos por crimes praticados por magistrados ou promotores.....	154
17.7. Investigações envolvendo autoridades que gozam de foro por prerrogativa de função	154
17.8. Investigações de ofício pelo STF	154
17.9. Investigações particulares e investigação criminal defensiva	154
17.10. Investigações a cargo do Ministério Público	155
17.11. Investigações pelos demais órgãos públicos.....	156
17.12. Termo circunstanciado de ocorrência.....	156
17.13. Investigações conjuntas	158
18. Lawfare na investigação preliminar.....	158
19. Trial by media ou publicidade ostensiva	158
20. Controle externo da atividade policial.....	159
21. Quadro sinótico.....	159
22. Súmulas do STJ.....	164
23. Súmulas do STF.....	164

TÍTULO V AÇÃO PENAL

1. Conceito.....	165
2. Características.....	165
3. Localização no ordenamento jurídico	166
4. Condições para o exercício da ação penal.....	166
4.1. Condições genéricas	167
4.1.1. Interesse de agir.....	167
4.1.2. Legitimidade (legitimatío ad causam).....	168
4.1.3. Justa causa.....	169
4.2. Condições específicas.....	170
4.2.1. Condições de procedibilidade.....	170
4.2.2. Condições específicas constitucionais.....	170
4.2.3. Condições específicas legais.....	171

4.2.4. Condições específicas jurisprudenciais.....	171
4.3. Condições objetivas de punibilidade.....	171
4.4. Condições de prosseguibilidade.....	171
4.5. Oportunidade para verificação das condições para o exercício da ação penal.....	172
5. Classificação das ações.....	173
6. Ação penal pública incondicionada.....	174
6.1. Princípios informadores.....	175
6.1.1. Princípio da obrigatoriedade (legalidade processual).....	175
6.1.2. Princípio da indisponibilidade ou da indesistibilidade.....	176
6.1.3. Princípio da oficialidade.....	177
6.1.4. Princípio da autoritariedade.....	177
6.1.5. Princípio da oficiosidade.....	177
6.1.6. Princípio da indivisibilidade.....	177
6.1.7. Princípio da intranscendência ou da pessoalidade.....	178
7. Ação penal pública condicionada.....	178
7.1. Representação da vítima.....	179
7.1.1. Destinatários.....	179
7.1.2. Ausência de rigor formal.....	179
7.1.3. Prazo para oferecimento da representação e sua contagem.....	179
7.1.4. Menor representado.....	180
7.1.5. Sucessão processual.....	180
7.1.6. Ausência de vinculação do Ministério Público.....	181
7.1.7. Eficácia objetiva.....	181
7.1.8. Retratação.....	181
7.2. Requisição do Ministro da Justiça.....	182
7.2.1. Destinatário.....	182
7.2.2. Prazo para oferecimento da requisição.....	182
7.2.3. Impossibilidade de retratação.....	182
7.2.4. Ausência de vinculação do Ministério Público.....	182
7.2.5. Eficácia objetiva.....	183
8. Ação penal privada.....	183
8.1. Titularidade.....	183
8.2. Princípios informadores.....	183
8.2.1. Princípio da oportunidade ou conveniência.....	183
8.2.2. Princípio da disponibilidade.....	184
8.2.3. Princípio da indivisibilidade.....	186
8.2.4. Princípio da intranscendência ou da pessoalidade.....	187
8.3. Espécies de ação penal privada.....	187
8.3.1. Ação penal exclusivamente privada ou propriamente dita.....	187
8.3.2. Ação penal privada personalíssima.....	187
8.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública, supletiva ou acidentalmente privada.....	187
8.4. Custas e honorários advocatícios.....	189
9. Questões complementares.....	189
9.1. Ação de prevenção penal.....	189
9.2. Ação penal ex officio.....	189
9.3. Ação penal pública subsidiária da pública.....	189
9.4. Ação penal popular.....	190
9.5. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	190
9.6. Ação Penal no crime de estelionato.....	193
9.7. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público.....	194
9.8. Ação penal secundária.....	194
9.9. Ação penal adesiva.....	195
9.10. Ação penal na injúria racial.....	195
9.11. Ação penal extensiva.....	196
9.12. Ação penal de segundo grau.....	196
10. Inicial acusatória.....	196

10.1. Requisitos formais.....	196
10.1.1. Descrição do fato, com todas as suas circunstâncias	196
10.1.2. Qualificação do acusado ou fornecimento de dados que possibilitem a sua identificação.....	198
10.1.3. Classificação do crime.....	198
10.1.4. Rol de testemunhas	198
10.1.5. Pedido de condenação	198
10.1.6. Endereçamento	199
10.1.7. Nome e assinatura.....	199
10.1.8. Outros requisitos da inicial acusatória	199
10.2. Prazos para oferta da denúncia.....	199
10.2.1. Regra geral.....	199
10.2.2. Prazos especiais.....	199
10.2.3. Início da contagem do prazo e o seu encerramento.....	200
10.2.4. Desatendimento do prazo.....	200
10.3. Prazos para oferta da queixa-crime	200
10.3.1. Regra geral.....	200
10.3.2. Prazos especiais.....	201
10.4. Aditamento da queixa	201
10.5. Rejeição da denúncia ou queixa	201
10.5.1. Repropositura da ação	203
10.5.2. Rejeição versus não recebimento.....	203
10.5.3. Rejeição parcial.....	204
10.5.4. Recurso para combater a rejeição.....	204
10.5.5. Efeito do julgamento do recurso contra a rejeição da inicial.....	204
10.5.6. Preservação do contraditório e da ampla defesa no recurso contra a rejeição da inicial	204
10.6. Fundamentação do recebimento e recebimento tácito.....	204
11. Quadro sinótico.....	205
12. Súmulas do STJ.....	210
13. Súmulas do STF.....	210

TÍTULO VI AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1. Considerações iniciais.....	211
2. Ação civil ex delicto de conhecimento ou de cognição, ação de ressarcimento do dano ou ação civil ex delicto em sentido estrito (art. 64, parágrafo único, CPP).....	212
3. Ação civil ex delicto de execução ou ação civil ex delicto em sentido amplo (art. 63, parágrafo único, CPP)	212
4. Legitimidade ativa e passiva.....	212
5. Competência.....	213
6. Sistemas processuais de reparação de dano decorrente de infração penal.....	214
7. Suspensão da demanda civil	216
8. Execução da sentença condenatória penal	216
9. Sentenças penais sem qualidade de título executivo.....	216
10. Sentença absolutória e subordinação temática.....	217
10.1. Absolvição pela prova da inexistência do fato (art. 386, I, CPP)	217
10.2. Não houver prova da existência do fato (art. 386, II, CPP).....	218
10.3. Não constituir o fato infração penal (art. 386, III, CPP).....	218
10.4. Estar provado que o réu não concorreu para a infração penal (art. 386, IV, CPP)	218
10.5. Não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal (art. 386, V, CPP)	218
10.6. Existir circunstância que exclua o crime (art. 386, VI, primeira parte, CPP).....	218
10.7. Existir circunstância que isente o réu de pena (art. 386, VI, segunda parte, CPP).....	219
10.8. Não existir prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, CPP).....	219
11. Efeitos civis de outras sentenças e decisões penais.....	219
12. Revisão criminal e ação rescisória	220
13. Prazo prescricional	220

14. Quadro sinótico.....	220
15. Súmulas do STJ.....	222

**TÍTULO VII
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA**

CAPÍTULO 1 – JURISDIÇÃO	223
1. Conceito.....	223
2. Jurisdição típica: Poder Judiciário ou Justiça Ordinária	224
3. Jurisdição atípica: justiça extraordinária ou justiça política	224
4. Princípios	225
4.1. Princípio da investidura.....	225
4.2. Princípio da indelegabilidade.....	225
4.3. Princípio do juiz natural.....	226
4.4. Princípio da inafastabilidade.....	227
4.5. Princípio da inevitabilidade ou da irrecusabilidade	228
4.6. Princípio da correlação ou relatividade.....	228
4.6.1. Correlação e emendatio libelli.....	228
4.6.2. Correlação e mutatio libelli.....	229
4.7. Princípio do devido processo legal.....	230
5. Características.....	231
5.1. Inércia.....	231
5.2. Substitutividade.....	231
5.3. Lide.....	232
5.4. Atuação do direito	232
5.5. Imutabilidade	232
6. Quadro sinótico.....	233
7. Súmulas do STF.....	234

**TÍTULO VII
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA**

CAPÍTULO 2 – COMPETÊNCIA.....	235
1. Conceito.....	235
2. Critérios para a determinação da competência.....	235
2.1. Competência material	236
2.2. Competência funcional.....	236
3. Competência racione materiae.....	237
3.1. Competência da justiça comum estadual	237
3.2. Competência da justiça comum federal.....	238
3.2.1. Competência para processar e julgar crime político	238
3.2.2. Competência para processar e julgar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral	239
3.2.2.1. Infrações abrangidas pela competência do juiz federal no art. 109, IV, parte final, CF	239
3.2.2.2. Bens, interesses ou serviços de ente federal sufragados na competência do art. 109, IV, parte final, CF.....	239
3.2.2.3. Entes contemplados na competência do art. 109, IV, parte final, CF.....	242
3.2.2.4. Entes não englobados pela competência do art. 109, IV, parte final, CF.....	242
3.2.3. Competência para processar e julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente	243
3.2.4. Competência para processar e julgar as causas relativas a direitos humanos	244

3.2.5.	Competência para processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.....	245
3.2.6.	Competência para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.....	245
3.2.7.	Competência para processar e julgar o habeas corpus e o mandado de segurança em matéria criminal.....	246
3.2.8.	Competência para processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.....	246
3.2.9.	Competência para processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.....	246
3.2.10.	Competência para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas.....	247
3.3.	Competência da justiça especializada militar.....	247
3.3.1.	Conceito de crime militar como regra geral definidora da competência da justiça castrense.....	248
3.3.2.	Classificação de crime militar para a fixação da competência da justiça militar.....	248
3.3.3.	Exclusão da competência da justiça militar estadual para julgar crimes dolosos contra a vida de civil.....	248
3.3.4.	Alteração promovida no CPM pela Lei n.º 13.491/2017 e interpretação restritiva.....	249
3.3.5.	Modificação da competência entre os órgãos da Justiça Militar da União – Lei n.º 13.774/2018.....	251
3.3.6.	Composição da justiça militar estadual.....	252
3.3.7.	Composição da justiça militar da União.....	252
3.4.	Competência da justiça especializada eleitoral.....	252
3.5.	Competência pela natureza da infração.....	253
3.6.	Distribuição.....	253
3.7.	Colegiado de primeiro grau de jurisdição.....	254
4.	Competência racione loci.....	255
4.1.	Critérios de fixação da competência territorial (teorias).....	255
4.1.1.	Teoria do resultado.....	255
4.1.2.	Teoria da atividade.....	255
4.1.3.	Teoria do esboço do resultado.....	256
4.1.4.	Teoria da ubiquidade.....	256
4.2.	Domicílio ou residência do réu.....	257
4.3.	Critério subsidiário ou da prevenção.....	257
4.4.	Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves.....	258
4.5.	Crimes praticados no exterior.....	259
4.6.	Competência territorial para o processo e julgamento dos crimes de estelionato.....	259
4.7.	Competência territorial para o processo e julgamento de crime de tráfico internacional de drogas realizado pela via postal.....	260
5.	Competência racione personae ou racione functionae.....	260
5.1.	Competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, CF).....	261
5.2.	Competência do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, CF).....	261
5.3.	Competência dos Tribunais de Justiça.....	262
5.4.	Competência dos Tribunais Regionais Federais (art. 108, CF).....	262
5.5.	Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato.....	262
5.5.1.	Regra da atualidade.....	262
5.5.2.	Regra da contemporaneidade.....	263
5.5.3.	Regra da atualidade limitada ou restrita.....	263
5.6.	Cessação do exercício da função com prerrogativa de foro.....	265
5.7.	Prerrogativa versus tribunal do júri.....	265
5.8.	Prerrogativa funcional dos prefeitos.....	266
5.9.	Foro privilegiado e deslocamento.....	266
5.10.	Crime de responsabilidade versus improbidade administrativa.....	266
5.11.	Prerrogativa de função e indiciamento.....	266
5.12.	Duplo grau de jurisdição versus cessação da prerrogativa de função.....	267
5.13.	Prerrogativa de função fixada na Constituição Estadual e o princípio da simetria.....	267
5.14.	Prerrogativa de função e exceção da verdade.....	267
6.	Competência absoluta versus relativa.....	268
7.	Conexão e continência.....	270
7.1.	Conexão.....	271

7.1.1.	Conexão intersubjetiva (art. 76, I, CPP).....	271
7.1.2.	Conexão objetiva, material, teleológica ou finalista (art. 76, II, CPP).....	271
7.1.3.	Conexão instrumental ou probatória (art. 76, III, CPP).....	271
7.1.4.	Conexão na fase preliminar investigatória.....	272
7.2.	Continência.....	272
7.2.1.	Continência por cumulação subjetiva (art. 77, I, CPP).....	272
7.2.2.	Continência por cumulação objetiva (art. 77, II, CPP).....	272
7.3.	Preclusão e momento de reconhecimento da conexão ou continência.....	272
8.	Foro prevalente.....	274
8.1.	Concurso entre júri versus jurisdição comum ou especial.....	274
8.2.	Concurso entre jurisdições de diversas categorias.....	274
8.3.	Concurso entre jurisdição comum versus especial.....	275
8.4.	Concurso entre jurisdições de mesma categoria.....	276
9.	Separação de processos.....	276
9.1.	Separação obrigatória.....	277
9.2.	Separação facultativa.....	277
10.	Perpetuatio jurisdictionis.....	278
10.1.	Perpetuação da jurisdição versus desclassificação no rito do júri.....	278
10.2.	Perpetuação da jurisdição versus procedimento de tráfico internacional de drogas.....	279
10.3.	Supressão e criação de órgão jurisdicional.....	279
10.4.	Prorrogação de competência.....	280
10.4.1.	Prorrogação necessária ou legal.....	280
10.4.2.	Prorrogação facultativa ou voluntária.....	280
11.	Quadro sinótico.....	281
12.	Súmulas do STJ.....	289
13.	Súmulas do STF.....	290

**TÍTULO VIII
PROVAS**

CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DAS PROVAS	291
1. Conceito de prova.....	291
2. Requisitos do procedimento probatório.....	292
3. Elementos de informação.....	293
4. Meios de prova.....	293
5. Meios de obtenção de prova ou meios de investigação de prova.....	293
6. Fontes de prova.....	294
7. Técnicas especiais de investigação.....	294
8. Sucedâneos probatórios.....	294
9. Destinatários da prova.....	296
10. Natureza jurídica.....	296
11. Objeto.....	296
11.1. Objeto da prova.....	296
11.2. Objeto de prova.....	296
12. Classificação da prova.....	297
12.1. Quanto ao objeto.....	297
12.2. Quanto ao efeito ou valor.....	298
12.3. Quanto ao sujeito ou causa.....	298
12.4. Quanto à forma ou aparência.....	298
12.5. Quanto à possibilidade de renovação em juízo.....	299
12.6. Quanto ao momento procedimental.....	299
12.7. Quanto à previsão legal.....	299
12.8. Quanto à finalidade da prova.....	300
12.9. Quanto à imposição legal da forma.....	300
13. Teoria da ilicitude da prova, regra de exclusão ou vedação probatória.....	301

13.1. Provas ilícitas	301
13.2. Provas ilegítimas.....	301
13.3. Provas irregulares.....	301
13.4. Teoria dos frutos da árvore envenenada (fruits of the poisonous tree), teoria da ilicitude por derivação ou taint doctrine	302
13.4.1. Teorias relativizadoras da prova ilícita por derivação	303
13.4.1.1. Teoria da prova absolutamente independente ou teoria da fonte independente.....	304
13.4.1.2. Teoria da descoberta inevitável ou exceção da fonte hipotética independente.....	304
13.4.1.3. Teoria da contaminação expurgada, conexão atenuada, purged taint exception, tinta diluída ou doutrina da mancha purgada	305
13.4.1.4. Teoria da boa-fé, exceção da boa-fé, good faith exception ou limitação da boa-fé...	305
13.5. Teoria da exclusão da ilicitude da prova.....	306
13.6. Teoria da exceção de erro inócuo	306
13.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	307
13.8. Quebra da cadeia de custódia das provas.....	308
13.9. Encontro fortuito de provas ou serendipidade	309
13.10. Inutilização da prova ilícita	311
14. Prova emprestada	311
15. Ônus da prova	313
15.1. Classificação	314
15.1.1. Quanto à consequência da omissão em dele se desincumbir.....	314
15.1.2. Quanto ao seu destinatário.....	315
15.2. Ônus da prova e standards probatórios.....	315
15.3. Inversão do ônus da prova.....	316
16. Iniciativa do juiz	317
17. Sistemas de apreciação da prova	318
17.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção ou secunda conscientia.....	318
17.2. Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada	318
17.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional.....	319
18. Princípios da prova penal.....	320
18.1. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	320
18.2. Princípio da audiência contraditória.....	320
18.3. Princípio da aquisição ou comunhão	320
18.4. Princípio da oralidade.....	320
18.5. Princípio da publicidade.....	320
18.6. Princípio do livre convencimento motivado	320
19. Procedimento probatório	321
20. Quadro sinótico	322
21. Súmulas do STJ.....	327

TÍTULO VIII PROVAS

CAPÍTULO 2 – PROVAS EM ESPÉCIE	329
1. Exame pericial.....	329
1.1. Perito	329
1.2. Assistente técnico	330
1.3. Realização das perícias.....	331
1.4. Apreciação dos laudos periciais.....	332
1.5. Exame de corpo de delito	332
1.6. Necessidade do laudo	333
1.7. Preservação da cadeia de custódia do vestígio	334
1.8. Outras perícias.....	336
1.8.1. Exame necroscópico	336
1.8.2. Exumação	336

1.8.3.	Exame de lesões corporais.....	337
1.8.4.	Perícia em incêndio.....	337
1.8.5.	Perícia laboratorial.....	338
1.8.6.	Exame grafotécnico.....	338
1.8.7.	Exame nos instrumentos da infração.....	339
1.8.8.	Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada.....	339
1.8.9.	Avaliação.....	339
1.8.10.	Exame de embriaguez ao volante	339
2.	Interrogatório do acusado	340
2.1.	Conceito.....	340
2.2.	Natureza jurídica	340
2.3.	Necessidade e reinterrogatório	341
2.4.	Características	342
2.4.1.	Publicidade	342
2.4.2.	Personalíssimo.....	342
2.4.3.	Local do interrogatório.....	343
2.4.4.	Oralidade.....	344
2.4.5.	Individualidade	344
2.4.6.	Judicialidade.....	345
2.4.7.	Espontaneidade.....	345
2.5.	Procedimento.....	345
2.5.1.	Preliminares	345
2.5.2.	Conteúdo.....	347
2.5.3.	Formalidades.....	349
2.6.	Nomeação de curador ao réu incapaz.....	349
2.7.	Compatibilidade com o inquérito policial.....	349
3.	Confissão	350
3.1.	Conceito e objeto.....	350
3.2.	Natureza jurídica	350
3.3.	Classificação	350
3.3.1.	Quanto ao local ou autoridade perante a qual é feita.....	350
3.3.2.	Quanto aos efeitos.....	350
3.3.3.	Quanto à forma.....	350
3.3.4.	Quanto à abrangência subjetiva	351
3.4.	Requisitos.....	351
3.4.1.	Requisitos materiais ou intrínsecos.....	351
3.4.2.	Requisitos formais ou extrínsecos.....	351
3.5.	Peculiaridades da confissão.....	351
3.6.	Valor probatório.....	351
4.	Ofendido.....	352
4.1.	Conceito e natureza jurídica.....	352
4.2.	Repercussões processuais das declarações do ofendido	352
4.3.	Valor probatório.....	353
4.4.	Prerrogativas.....	353
4.5.	Proteção à mulher ofendida em situação de violência doméstica ou familiar	354
5.	Testemunhas.....	355
5.1.	Conceito e natureza jurídica	355
5.2.	Características da prova testemunhal.....	355
5.3.	Recusa e impedimento da testemunha	356
5.4.	Demais vedações	356
5.5.	Deveres da testemunha	357
5.6.	Número de testemunhas.....	357
5.7.	Classificação	357
5.7.1.	Quanto ao número de testemunhas.....	357
5.7.2.	Quanto ao objeto do depoimento	358
5.7.3.	Quanto à qualidade do testemunho.....	358

5.8.	Lugar do depoimento, precatória e videoconferência.....	359
5.9.	Testemunho de criança ou de adolescente	360
5.10.	Testemunho dos militares e funcionários públicos	361
5.11.	Procedimento para tomar o depoimento testemunhal.....	361
5.12.	O depoimento da testemunha.....	362
5.13.	Falso testemunho e prisão em flagrante	364
5.14.	Competência para julgamento do falso testemunho	365
5.15.	Proteção à testemunha.....	365
5.16.	Valor probatório.....	365
6.	Reconhecimento de pessoas e coisas	365
6.1.	Conceito e natureza jurídica.....	365
6.2.	Reconhecimento de pessoas.....	365
6.2.1.	Procedimento.....	366
6.2.2.	Intimidação.....	367
6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico	368
6.4.	Reconhecimento de coisas.....	368
7.	Acareação.....	368
7.1.	Conceito e natureza jurídica	368
7.2.	Pressupostos.....	369
7.3.	Procedimento.....	369
7.4.	Valor probatório.....	369
8.	Documentos.....	369
8.1.	Conceito.....	369
8.2.	Espécies de documentos.....	369
8.3.	Requisitos.....	370
8.4.	Produção da prova documental	370
8.5.	Tradução do documento.....	371
8.6.	Restituição de documentos.....	371
9.	Indícios e presunções.....	371
9.1.	Conceito.....	371
9.2.	Classificação	372
9.3.	Valor probatório.....	372
10.	Quadro sinótico.....	373
11.	Súmulas do STJ.....	383
12.	Súmulas do STF.....	383

TÍTULO VIII PROVAS

CAPÍTULO 3 – MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA	385	
1.	Introdução.....	385
2.	Busca e apreensão.....	385
2.1.	Conceito e natureza jurídica.....	385
2.2.	Iniciativa.....	386
2.3.	Objeto.....	386
2.4.	Momento.....	387
2.5.	Espécies de busca.....	387
2.5.1.	Busca domiciliar	387
2.5.1.1.	Requisitos do mandado.....	388
2.5.1.2.	Execução da medida	388
2.5.1.3.	Duração da diligência	390
2.5.1.4.	Busca e apreensão em repartição pública.....	390
2.5.1.5.	Busca e apreensão em escritório de advocacia.....	390
2.5.1.6.	Diligência de busca e apreensão em território diverso da autoridade.....	391
2.5.1.7.	Descoberta de outros elementos de prova durante a busca e apreensão.....	391

2.5.1.8.	Desvio de finalidade	392
2.5.1.9.	Justa causa visível	392
2.5.2.	Busca pessoal	393
3.	Meios de obtenção de prova aplicáveis ao controle da criminalidade organizada	395
3.1.	Colaboração premiada	395
3.2.	Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	395
3.3.	Ação controlada	395
3.4.	Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais	396
3.5.	Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas	396
3.6.	Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica	396
3.7.	Infiltração de policiais em atividade de investigação	397
3.7.1.	Infiltração virtual de agentes	397
3.7.2.	Prova indiciária e agente infiltrado	398
3.7.3.	Prova indiciária e testemunha por ouvir dizer (hearsay witness)	398
3.7.4.	Valor probatório do depoimento do agente infiltrado e da hearsay testimony	398
3.8.	Cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal	398
4.	Tutela do sigilo das comunicações	399
4.1.	Noções fundamentais	399
4.2.	Comunicações telefônicas	400
4.2.1.	Interceptação telefônica	400
4.2.2.	Escuta telefônica	402
4.2.3.	Gravação telefônica	403
4.2.4.	Registro telefônico	403
4.3.	Captação ambiental	404
4.3.1.	Captação ambiental de advogados no exercício da advocacia	405
4.3.2.	Gravação ambiental	406
4.4.	Interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e de telemática	406
4.4.1.	Sigilo do smartphone e de aplicativos de conversas digitais	407
4.4.2.	Segredo telefônico e dimensões probatórias (gerações de provas ou Trilogia Olmstead-Katz-Kyllo)	408
4.5.	Sigilo de dados	408
4.5.1.	Sigilo fiscal	409
4.5.2.	Sigilo bancário	409
4.5.3.	Sigilo financeiro	409
4.5.4.	Compartilhamento de informações	410
4.6.	Interceptação das comunicações telefônicas e ambientais	410
4.6.1.	Iniciativa	410
4.6.2.	Procedimento e limites	411
4.6.3.	Fundamentação, prazo e renovação da interceptação telefônica	413
4.6.4.	Prazo e renovação da captação ambiental	414
4.6.5.	Condução da interceptação e acompanhamento pelo Ministério Público	414
4.6.6.	Transcrição da gravação e auto circunstanciado	415
4.6.7.	Inutilização de gravação	415
5.	Cooperação Jurídica Internacional para produção probatória	416
6.	Quadro sinótico	416

**TÍTULO VIII
PROVAS**

CAPÍTULO 4 – ELEMENTOS CONSENSUAIS DE PROVA	425	
1.	Introdução	425
2.	Delação	425
3.	Delação premiada	426
4.	Delação premiada e colaboração premiada	427

5. Colaboração unilateral e colaboração bilateral	427
6. Colaboração premiada prevista na Lei n.º 8.072/1990 (crimes hediondos)	428
7. Colaboração premiada prevista no art. 159, § 4º, do CP (extorsão mediante sequestro).....	428
8. Colaboração premiada prevista na Lei n.º 9.807/1999 (proteção a vítimas e testemunhas)	428
9. Colaboração premiada prevista na Lei n.º 9.613/1998 (lavagem de capitais).....	428
10. Colaboração premiada prevista na Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Tóxicos).....	429
11. Colaboração premiada prevista na Lei n.º 7.492/1986 (crimes contra o sistema financeiro nacional)	429
12. Colaboração premiada prevista na Lei n.º 8.137/1990 (crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo).....	429
13. Colaboração premiada prevista na Lei n.º 12.529/2011 (crimes diretamente relacionados com a prática de cartel)	429
14. Colaboração premiada na Lei n.º 12.850/2013	430
14.1. Natureza jurídica do acordo de colaboração premiada e seu procedimento preliminar na Lei de Controle do Crime Organizado	430
14.2. Conceito de organização criminosa.....	430
14.3. Finalidades do conceito de organização criminosa.....	431
14.4. Distinção entre organização criminosa e associação criminosa	431
14.5. Limites legais à colaboração premiada da Lei n.º 12.850/2013	432
14.6. Pressupostos necessários à homologação da colaboração premiada pelo juiz.....	434
14.7. Momentos da colaboração premiada e sujeitos envolvidos	434
14.8. Decisão de homologação do acordo de colaboração premiada.....	435
14.9. Competência para a homologação e para revisão de cláusulas da colaboração premiada	436
14.10. Recursos e regime preclusivo da homologação de colaboração premiada	436
14.11. Valor probatório do acordo de colaboração premiada.....	437
14.12. Implementação das consequências previstas no termo de acordo de colaboração premiada	437
14.13. Consequências decorrentes da decisão homologatória da colaboração premiada	437
14.14. Limites à suspensão pactuada de garantias e demais disposições sobre o acordo de colaboração premiada	438
15. Quadro sinótico.....	439

TÍTULO IX PRISÕES E DEMAIS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

CAPÍTULO 1 – TEORIA DA MEDIDA CAUTELAR	445
1. Introdução.....	445
2. Espécies.....	446
2.1. Medidas cautelares prisionais.....	446
2.2. Medidas cautelares não prisionais	446
2.3. Medidas cautelares alternativas à prisão.....	447
3. Bipolaridade das medidas cautelares e rol taxativo	447
4. Princípios informadores.....	448
4.1. Princípio do contraditório ou da dialeticidade	448
4.2. Princípio da substitutividade	449
4.3. Princípio da revogabilidade ou da provisionalidade	449
4.4. Princípio da proporcionalidade	449
4.5. Princípio da fungibilidade	449
4.6. Princípio da taxatividade	450
4.7. Princípio da temporariedade, temporaneidade ou provisoriidade.....	450
4.8. Princípio da jurisdicionalidade	450
4.9. Princípio da motivação	450
4.10. Princípio da excepcionalidade	451
4.11. Princípio da homogeneidade.....	451
4.12. Princípio da finalidade ou justificativa.....	451
5. Momento de aplicação e durabilidade da medida	451
6. Requisitos	452
7. Quadro sinótico.....	452

TÍTULO IX
PRISÕES E DEMAIS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

CAPÍTULO 2 – PRISÕES.....	455
1. Conceito.....	455
2. Formalidades e execução.....	456
2.1. Mandado de prisão.....	456
2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar.....	457
2.3. Prisão em perseguição.....	458
2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial.....	458
2.5. Prisão especial.....	459
2.6. Emprego de força e uso de algemas.....	460
2.7. Emprego de força e uso de instrumentos não letais (Lei n.º 13.060/2014).....	462
2.8. Regime disciplinar diferenciado (RDD).....	463
3. Prisão em flagrante.....	464
3.1. Conceito.....	464
3.2. Espécies de flagrante.....	465
3.2.1. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro).....	465
3.2.2. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante).....	465
3.2.3. Flagrante presumido (ficto ou assimilado).....	466
3.2.4. Flagrante compulsório ou obrigatório.....	466
3.2.5. Flagrante facultativo.....	466
3.2.6. Flagrante esperado.....	466
3.2.7. Flagrante preparado, provocado, delito de ensaio ou delito putativo por obra do agente provocador.....	466
3.2.8. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada).....	467
3.2.9. Flagrante forjado.....	468
3.2.10. Flagrante por apresentação.....	468
3.2.11. Flagrante cataléptico.....	469
3.3. Flagrante nas várias espécies de crime.....	470
3.3.1. Flagrante de crime permanente.....	470
3.3.2. Flagrante de crime habitual.....	470
3.3.3. Flagrante de crime de ação penal privada e pública condicionada.....	471
3.3.4. Flagrante de crime continuado.....	471
3.3.5. Flagrante de infração de menor potencial ofensivo.....	472
3.4. Sujeitos do flagrante.....	472
3.4.1. Sujeito ativo.....	472
3.4.2. Sujeito passivo.....	473
3.4.2.1. Prisão de diplomata estrangeiro.....	474
3.4.2.2. Prisão e aplicação de outras medidas cautelares a Membro do Congresso Nacional.....	475
3.4.3. Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão.....	477
3.5. Procedimentos e formalidades da prisão em flagrante.....	478
3.5.1. Nota de culpa.....	480
3.5.2. Remessa à autoridade.....	480
3.6. Audiência de custódia.....	481
4. Prisão preventiva.....	483
4.1. Conceito.....	483
4.2. Pressupostos.....	483
4.3. Hipóteses de decretação.....	484
4.4. Infrações que comportam a medida.....	486
4.5. Decretação da preventiva e sistema recursal.....	489
4.6. Fundamentação.....	490
4.7. Revogação da prisão preventiva.....	492
4.8. Apresentação espontânea.....	493
4.9. Preventiva versus excludentes de ilicitude.....	493
5. Prisão temporária.....	494

5.1. Conceito.....	494
5.2. Decretação.....	494
5.3. Hipóteses de cabimento.....	495
5.3.1. Posições doutrinárias históricas	496
5.3.2. Atual posição do Supremo Tribunal Federal	497
5.4. Prazos.....	498
5.4.1. Regra geral (art. 2º da Lei n.º 7.960/1989).....	498
5.4.2. Prazos de prisão temporária nos crimes hediondos e assemelhados.....	498
5.5. Procedimento.....	498
6. Prisão na fase dos recursos	499
7. Impossibilidade de execução provisória da pena.....	499
8. Prisão domiciliar.....	500
9. Prisão civil.....	502
10. Prisão para averiguações	503
11. Difusões vermelhas (red notices) e a prisão para fins de extradição	503
11.1. Difusão vermelha ordenada por autoridade judiciária brasileira.....	504
11.2. Difusão vermelha oriunda de outro país e prisão cautelar para fins de extradição no Brasil	504
12. Quadro sinótico.....	506
13. Súmulas do STJ.....	516
14. Súmulas do STF.....	516

TÍTULO IX PRISÕES E DEMAIS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

CAPÍTULO 3 – MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO.....	517
1. Medidas cautelares em espécie.....	517
2. Comparecimento periódico em juízo	517
3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	517
4. Proibição de manter contato com pessoa determinada.....	518
5. Proibição de ausentar-se da comarca.....	518
6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga.....	518
7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	519
8. internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça	519
9. Fiança nas infrações que a admitem	520
10. Monitoração eletrônica.....	520
11. Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou proibição de sua obtenção ...	521

TÍTULO X LIBERDADE PROVISÓRIA COM E SEM FIANÇA

1. Conceito.....	523
2. Espécies.....	523
2.1. Liberdade provisória obrigatória	523
2.2. Liberdade provisória permitida	524
2.3. Liberdade provisória vedada	524
3. Liberdade provisória sem fiança	524
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação.....	524
3.2. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	525
3.3. Restrições à liberdade provisória.....	527
3.3.1. Restrições revogadas.....	528
3.3.2. Restrições declaradas inconstitucionais.....	528
3.3.3. Vedação em vigor.....	529
3.4. Fundamentação.....	529
3.5. Liberdade provisória sem fiança ao hipossuficiente	530

3.6. Sistema recursal.....	530
4. Liberdade provisória mediante fiança.....	530
4.1. Fiança versus liberdade provisória mediante fiança.....	530
4.2. Objetivos da fiança.....	530
4.3. Valor da fiança.....	530
4.3.1. Demais critérios para o arbitramento.....	531
4.4. Modalidades de fiança.....	532
4.5. Obrigações do afiançado.....	532
4.6. Vedações à concessão de fiança (art. 323, CPP).....	532
4.7. Impeditivas à concessão de fiança (art. 324, CPP).....	533
4.8. Ineficácia das demais restrições à concessão de fiança.....	534
4.9. Quebra da fiança.....	534
4.10. Perda da fiança.....	535
4.11. Cassação da fiança.....	535
4.12. Reforço da fiança.....	535
4.13. Dispensa da fiança.....	536
4.14. Procedimento.....	536
4.15. Execução.....	537
5. Quadro sinótico.....	537
6. Súmulas do STJ.....	541
7. Súmulas do STF.....	541

TÍTULO XI QUESTÕES PREJUDICIAIS E PROCESSOS INCIDENTES

CAPÍTULO 1 – QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	543
1. Considerações iniciais.....	543
1.1. Ponto em sentido processual.....	543
1.2. Questão.....	543
1.2.1. Questão incidente.....	543
1.2.2. Questão prévia.....	544
1.2.3. Questão preliminar ou processual.....	544
1.2.4. Questão prejudicial.....	544
1.2.5. Questão sucessiva e posterior.....	545
1.3. Autuação em apartado.....	545
2. Classificação.....	545
2.1. Prejudicial homogênea e heterogênea.....	545
2.2. Prejudicial obrigatória e facultativa.....	546
2.3. Prejudicial total e parcial.....	546
2.4. Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência).....	547
3. Natureza jurídica.....	548
4. Características.....	548
5. Sistemas de solução.....	549
5.1. Sistema do predomínio da jurisdição penal.....	549
5.2. Sistema da separação absoluta ou prejudicialidade obrigatória.....	549
5.3. Sistema da prejudicialidade facultativa ou sistema da remessa facultativa.....	549
5.4. Sistema misto ou eclético.....	549
6. Pressupostos.....	550
6.1. Pressupostos ao reconhecimento de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas – art. 92, CPP).....	550
6.2. Pressupostos ao reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas – art. 93, CPP).....	551
7. Procedimento das prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	551
7.1. Processamento em razão de prejudicial obrigatória.....	552
7.2. Processamento em razão do reconhecimento de prejudicial facultativa.....	552

8. Recursos.....	553
9. Prescrição	553
10. Quadro sinótico.....	554

TÍTULO XI

QUESTÕES PREJUDICIAIS E PROCESSOS INCIDENTES

CAPÍTULO 2 – PROCESSOS INCIDENTES.....	557
1. Conceito.....	557
2. Classificação	557
2.1. Quanto à profundidade meritória.....	557
2.2. Quanto à finalidade do incidente.....	557
3. Características.....	558
4. Incidente processual	558
5. Exceções.....	558
5.1. Classificação	559
5.1.1. Quanto aos efeitos que exercem sobre o processo.....	559
5.1.2. Quanto ao aspecto impugnado da demanda (natureza ou essência da exceção)	559
5.1.3. Quanto à sua forma de processamento ou de autuação.....	559
5.2. Exceção de suspeição.....	560
5.2.1. Legitimidade	560
5.2.1.1. Legitimidade ativa.....	560
5.2.1.2. Legitimidade passiva	561
5.2.2. Petição.....	561
5.2.3. Procedimento	561
5.2.4. Recursos	562
5.2.5. Efeitos	563
5.3. Exceção de incompatibilidade ou de impedimento.....	563
5.3.1. Processamento.....	563
5.3.2. Efeitos	564
5.3.3. Recursos	564
5.4. Exceção de incompetência	564
5.4.1. Legitimidade ativa	565
5.4.2. Procedimento	565
5.4.3. Recursos	565
5.4.4. Efeitos	566
5.5. Exceção de litispendência	566
5.5.1. Arguição.....	567
5.5.2. Procedimento	567
5.5.3. Recursos	567
5.6. Exceção de ilegitimidade de parte.....	567
5.6.1. Procedimento	567
5.6.2. Efeitos	568
5.6.3. Recursos	568
5.7. Exceção de coisa julgada (exceptio rei judicatae).....	568
5.7.1. Considerações sobre a coisa julgada.....	568
5.7.1.1. Função e espécies.....	568
5.7.1.2. Natureza jurídica.....	569
5.7.2. Requisitos	569
5.7.3. Procedimento	570
5.7.4. Recursos	570
5.7.5. Efeitos	570
6. Conflito de jurisdição.....	571
6.1. Espécies de competência	571
6.2. Arguição.....	572

6.3.	Processamento	573
6.4.	Recursos	573
7.	Conflito de atribuições.....	573
7.1.	Competência para dirimir o conflito	574
7.2.	Processamento	574
8.	Restituição de coisas apreendidas.....	574
8.1.	Autoridade restituinte.....	576
8.2.	Confisco.....	576
8.3.	Procedimento.....	577
8.4.	Recursos.....	577
9.	Medidas assecuratórias	577
9.1.	Procedimento.....	579
9.2.	Natureza jurídica e finalidade.....	579
9.3.	Sequestro de bens imóveis e móveis	579
9.3.1.	Pressupostos para a decretação.....	580
9.3.1.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	580
9.3.1.2.	<i>Periculum in mora</i>	581
9.3.2.	Embargos contra a decisão de sequestro de bens.....	581
9.3.3.	Recursos	581
9.3.4.	Levantamento	582
9.3.5.	Destinação dos bens sequestrados	582
9.4.	Arresto de bens	583
9.4.1.	Pressupostos para a decretação.....	583
9.4.1.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	583
9.4.1.2.	<i>Periculum in mora</i>	583
9.4.2.	Procedimento	583
9.4.3.	Recursos	584
9.4.4.	Levantamento do arresto de bens.....	584
9.4.5.	Destinação dos bens arrestados	584
9.5.	Hipoteca legal.....	585
9.5.1.	Cabimento e legitimidade.....	585
9.5.2.	Pressupostos para a decretação.....	586
9.5.2.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	586
9.5.2.2.	<i>Periculum In Mora</i>	586
9.5.3.	Embargos.....	586
9.5.4.	Procedimento	586
9.5.5.	Recurso	587
9.5.6.	Levantamento	587
9.5.7.	Destinação ao final do processo	587
9.6.	Sequestro de bens por delito contra a Fazenda Pública (Decreto-Lei n.º 3.240/1941).....	588
9.7.	Medidas assecuratórias na Lei de Drogas.....	589
9.8.	Medidas assecuratórias na Lei de Lavagem de Dinheiro	589
9.9.	Medidas assecuratórias por crimes de tráfico de pessoas (Lei n.º 13.344/2016).....	591
9.10.	Possibilidade de alienação antecipada de bens onerados	591
10.	Incidente de falsidade.....	592
10.1.	Iniciativa.....	592
10.2.	Procedimento.....	593
10.3.	Efeitos.....	593
10.4.	Recursos.....	594
11.	Incidente de insanidade mental.....	594
11.1.	Procedimento.....	595
11.2.	Sequência.....	595
11.3.	Recursos.....	596
11.4.	Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena	596
11.5.	Insanidade mental superveniente	597
12.	Ação civil de confisco (civil forfeiture action)	597

13. Quadro sinótico.....	598
14. Súmulas do STJ.....	609

TÍTULO XII SUJEITOS NO PROCESSO

1. Linhas introdutórias.....	611
1.1. Posicionamento dos sujeitos processuais na persecução penal	611
1.2. Relação processual penal	612
1.3. Classificação dos Sujeitos do processo	612
2. Juiz.....	612
2.1. Impedimento.....	614
2.2. Incompatibilidade.....	614
2.3. Suspeição	614
2.4. Cessaçã do impedimento ou da suspeição	615
3. Ministério Público.....	615
3.1. Princípios institucionais.....	615
3.1.1. Princípio da unidade do Ministério Público.....	615
3.1.2. Princípio da Indivisibilidade do Ministério Público	616
3.1.3. Princípio da independência funcional.....	616
3.1.4. Princípio da obrigatoriedade.....	616
3.1.5. Princípio da indisponibilidade.....	617
3.1.6. Princípio da irrecusabilidade	617
3.1.7. Princípios não recepcionados pela Constituição	617
3.2. Imparcialidade subjetiva	617
3.3. Organização	618
3.4. Atuação	618
4. Funcionários do Poder Judiciário.....	619
5. Auxiliares do juízo	619
6. Acusado e defensor.....	621
7. Querelante	622
8. Assistente do Ministério Público	623
9. Assistente da defesa.....	624
10. Quadro sinótico.....	626
11. Súmulas do STJ.....	629
12. Súmulas do STF.....	629

TÍTULO XIII ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

1. formas de comunicação processual	631
2. Citação.....	631
2.1. Espécies de citação.....	632
2.1.1. Citação por mandado	632
2.1.1.1. Requisitos do mandado de citação.....	632
2.1.1.2. Horário e local da citação	632
2.1.2. Citação por carta precatória.....	632
2.1.3. Citação do militar.....	633
2.1.4. Citação do acusado preso	633
2.1.5. Citação do funcionário público	633
2.1.6. Citação no estrangeiro	633
2.1.7. Citação por edital.....	633
2.1.8. Citação por hora certa.....	634
2.1.9. Citação por aplicativo de mensagem.....	635
3. Notificação.....	636

4.	Intimação.....	636
4.1.	Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	636
4.2.	Intimação do defensor dativo e do advogado.....	636
4.3.	Fluência e contagem dos prazos.....	637
4.3.1.	Suspensão do prazo da advogada adotante ou que se tornar mãe.....	637
4.3.2.	Suspensão do prazo no recesso forense.....	638
4.4.	Intimação em audiência.....	638
4.5.	Regras especiais de intimação em matéria processual penal.....	638
4.5.1.	Intimação do acusado preso.....	638
4.5.2.	Intimação por carta.....	638
5.	Revelia e suspensão do processo penal.....	638
6.	Comunicações processuais eletrônicas.....	640
8.	Súmulas do STJ.....	645
9.	Súmulas do STF.....	645

**TÍTULO XIV
PROCEDIMENTOS**

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	647	
1.	introdução.....	647
2.	Distinção entre processo e procedimento.....	648
3.	Conceito de processo.....	648
4.	Instrumentalidade do direito material.....	648
5.	Espécies de procedimentos no Direito Processual Penal.....	649
6.	Aplicação subsidiária do procedimento comum ordinário.....	649
7.	Previsão de prioridade de tramitação.....	650

**TÍTULO XIV
PROCEDIMENTOS**

CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTO COMUM	653	
1.	Critério para a definição do procedimento comum.....	653
2.	Procedimento comum ordinário.....	654
2.1.	Petição inicial acusatória.....	654
2.2.	Recebimento da peça acusatória.....	655
2.3.	Resposta preliminar à acusação e citação do réu.....	656
2.4.	Possibilidade de absolvição sumária.....	658
2.5.	Audiência de instrução e julgamento.....	658
2.5.1.	Declarações do ofendido.....	660
2.5.2.	Testemunhas.....	661
2.5.3.	Esclarecimentos dos peritos, reconhecimento de pessoas e acareações.....	662
2.5.4.	Interrogatório do acusado.....	663
2.5.5.	Requerimento de diligências.....	664
2.5.6.	Debates ou alegações finais escritas.....	664
2.6.	Sentença.....	666
2.7.	Sequência.....	666
3.	Procedimento comum sumário.....	668
3.1.	Distinções do procedimento comum sumário.....	668
3.2.	Fungibilidade entre o procedimento comum sumário e o sumaríssimo.....	668
3.3.	Audiência de instrução e julgamento no procedimento comum sumário.....	668
3.4.	Conversão do procedimento comum sumário em ordinário.....	669
3.5.	Sequência.....	669
4.	Procedimento comum sumaríssimo.....	670
4.1.	Previsão constitucional dos juizados especiais criminais.....	670

4.2. Princípios informadores.....	671
4.3. Competência.....	671
4.4. Fase preliminar.....	671
4.4.1. Termo circunstanciado de ocorrência.....	672
4.5. Audiência preliminar.....	673
4.6. Procedimento sumaríssimo.....	676
4.6.1. Audiência de instrução e julgamento.....	677
5. Quadro sinótico.....	680
6. Súmulas do STJ.....	691
7. Súmulas do STF.....	691

TÍTULO XIV PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	693
1. Introdução.....	693
2. Procedimento especial dos crimes afiançáveis imputados a funcionário público.....	693
2.1. Oferecimento de denúncia ou queixa-crime.....	694
2.2. Obrigatoriedade da defesa preliminar.....	694
2.2.1. Natureza jurídica.....	695
2.2.2. Capacidade postulatória.....	695
2.2.3. Perda da condição de funcionário público.....	695
2.2.4. Concurso de infratores e de infrações.....	695
2.3. Efeitos da rejeição da inicial.....	696
2.4. Prosseguimento segundo os termos do rito comum ordinário.....	696
2.5. Sequência nos crimes imputados a funcionário público.....	696
3. Procedimento especial dos crimes contra a honra.....	696
3.1. Delitos abrangidos.....	697
3.2. Tentativa de conciliação prévia.....	697
3.3. Recebimento da inicial e exceção da verdade.....	697
3.4. Sequência.....	698
4. Procedimento especial para processamento dos crimes de drogas.....	698
4.1. Procedimento para as condutas relativas ao uso de drogas.....	698
4.2. Procedimento da investigação preliminar dos crimes de tráfico de drogas.....	699
4.3. Procedimento do processo-crime por tráfico de drogas.....	701
4.3.1. Obrigatoriedade da defesa preliminar.....	702
4.3.2. Recebimento da denúncia.....	702
4.3.3. Resposta preliminar à acusação.....	702
4.3.4. Possibilidade de absolvição sumária.....	702
4.3.5. Necessidade dos laudos de constatação da droga.....	702
4.3.6. Audiência de instrução e julgamento.....	704
4.4. Recursos no procedimento dos crimes de tráfico.....	704
4.5. Sequência.....	705
5. Procedimento especial para os crimes falimentares.....	705
6. Procedimento especial para os crimes contra a propriedade imaterial.....	707
6.1. Apreensão do material e laudo pericial.....	707
6.2. Especialidade do prazo decadencial.....	708
6.3. Processamento e julgamento.....	708
7. Procedimento para a restauração de autos extraviados.....	709
8. Procedimento criminal da ação penal originária nos tribunais.....	710
9. Procedimento especial dos crimes militares.....	712
9.1. Competência da Justiça Militar da União e dos Estados.....	712
9.2. Aplicação subsidiária do CPP ao procedimento dos crimes militares.....	713
9.3. Procedimento investigativo dos crimes militares.....	713
9.4. Ação penal no procedimento dos crimes militares.....	714

9.5. Juízo singular e colegiado no procedimento dos crimes militares.....	715
9.6. Procedimento especial para processamento e julgamento dos crimes militares.....	716
10. Quadro sinótico.....	718
11. Súmulas do STJ.....	732
12. Súmulas do STF.....	732

**TÍTULO XIV
PROCEDIMENTOS**

CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTO ESPECIAL DO JÚRI.....	733
1. Fundamentos.....	733
2. Princípios reitores.....	734
2.1. Princípio da plenitude de defesa.....	734
2.2. Princípio do sigilo das votações.....	734
2.3. Princípio da soberania dos veredictos.....	735
3. Competência.....	735
4. Características.....	735
4.1. Órgão heterogêneo.....	735
4.2. Órgão horizontal.....	736
4.3. Órgão temporário.....	736
4.4. Decisões por maioria de votos.....	736
5. Procedimento especial.....	736
6. <i>Judicium acusationes</i> : Primeira fase ou juízo da instrução preliminar.....	736
6.1. Decisão de pronúncia.....	738
6.1.1. Características da cognição judicial.....	739
6.1.2. Natureza jurídica.....	739
6.1.3. A falácia do in dubio pro societate.....	739
6.1.4. Limites à fundamentação da decisão.....	740
6.1.5. Emendatio libelli e mutatio libelli.....	741
6.1.6. Intimação.....	741
6.1.7. Efeitos.....	742
6.1.8. Correção da decisão.....	743
6.1.9. Sistema recursal.....	743
6.2. Sentença de impronúncia.....	743
6.2.1. Natureza jurídica.....	743
6.2.2. Definitividade da impronúncia.....	744
6.2.3. Inconstitucionalidade da sentença de impronúncia.....	744
6.2.4. Recurso.....	744
6.2.5. Despronúncia.....	744
6.3. Sentença de absolvição sumária.....	745
6.3.1. Natureza jurídica.....	745
6.3.2. Fundamentos.....	745
6.3.3. Revogação tácita do reexame necessário.....	745
6.4. Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida.....	746
6.4.1. Natureza jurídica.....	746
6.4.2. Consequência e situação prisional.....	746
6.4.3. Sistema recursal.....	746
6.5. Crimes interligados por conexão ou continência.....	746
7. <i>Judicium causae</i> : Segunda fase DO JÚRI ou preparação para o julgamento.....	746
7.1. Requerimento de diligências e rol de testemunhas.....	747
7.2. Saneamento dos autos.....	747
7.3. Desaforamento.....	747
7.3.1. Legitimidade.....	747
7.3.2. Momento para o desaforamento e efeito suspensivo.....	748
7.3.3. Hipóteses de cabimento.....	748

7.3.4.	Crimes conexos e pluralidades de réus.....	748
7.3.5.	Sistema recursal	748
7.3.6.	Nova comarca	748
7.3.7.	Reaforamento.....	748
7.4.	Preparativos à instalação da reunião do júri.....	749
7.4.1.	Alistamento dos jurados.....	749
7.4.2.	Organização da pauta.....	750
7.4.3.	Sorteio e convocação dos jurados.....	750
7.4.4.	Função de jurado	750
7.4.5.	Reunião e sessões do tribunal do júri.....	752
7.5.	Formação do conselho de sentença	753
7.6.	Compromisso e dever de incomunicabilidade	754
7.7.	Atos instrutórios	754
7.8.	Debates e poderes do juiz.....	755
7.9.	Formulação dos quesitos e votação	756
7.10.	Sentença e ata da sessão	760
7.11.	Recurso e anulação parcial do julgamento do júri.....	761
8.	Quadro sinótico.....	762
9.	Súmulas do STJ.....	772
10.	Súmulas do STF.....	772

TÍTULO XIV PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS NOS ESPAÇOS DE CONSENSO	773	
1.	Introdução.....	773
2.	Instrumentos consensuais no procedimento aplicável aos crimes de menor potencial ofensivo.....	774
2.1.	Composição dos danos civis.....	775
2.2.	Transação penal.....	775
2.3.	Suspensão condicional do processo.....	777
3.	Acordo de não persecução penal.....	778
3.1.	Acordo de não persecução penal na Lei de Controle do Crime Organizado.....	778
3.1.1.	Pressupostos	779
3.1.2.	Controle de constitucionalidade	779
3.2.	Acordo de não persecução penal do Código de Processo Penal.....	781
3.2.1.	Pressupostos	781
3.2.2.	Condições de eficácia	782
3.2.3.	Causas impeditivas.....	783
3.2.4.	Formalidades.....	784
4.	Quadro sinótico.....	785
5.	Súmulas do STJ.....	788
6.	Súmulas do STF.....	788

TÍTULO XV SENTENÇA PENAL

1.	Introdução.....	789
2.	Atos processuais.....	790
2.1.	Provimentos.....	790
2.1.1.	Despachos de Mero Expediente	790
2.1.2.	Decisões Interlocutórias.....	790
2.1.2.1.	Decisões Interlocutórias Simples.....	790
2.1.2.2.	Decisões Interlocutórias Mistas.....	790
2.1.3.	Decisões Definitivas, Materiais ou Sentenças em Sentido Próprio.....	791
2.1.4.	Decisões Terminativas, Formais ou Sentenças em Sentido Impróprio	791

2.2.	Atos reais ou materiais.....	791
2.2.1.	Atos Instrutórios.....	791
2.2.2.	Atos de Documentação.....	791
3.	Classificação das sentenças.....	792
3.1.	Sentença declaratória.....	792
3.2.	Sentença constitutiva.....	792
3.2.1.	Sentença constitutiva positiva.....	792
3.2.2.	Sentença constitutiva negativa.....	792
3.3.	Sentença mandamental.....	793
3.4.	Sentença executiva.....	793
3.5.	Sentença condenatória.....	793
3.6.	Sentenças executáveis.....	793
3.7.	Sentenças não executáveis.....	793
3.8.	Sentenças suicidas.....	793
3.9.	Sentenças vazias.....	793
3.10.	Sentenças subjetivamente simples.....	794
3.11.	Sentenças subjetivamente plúrimas.....	794
3.12.	Sentenças subjetivamente complexas.....	794
3.13.	Sentenças autofágicas.....	794
4.	Entendendo a fundamentação e a estrutura das sentenças.....	794
4.1.	Fundamentação per relationem ou aliunde.....	795
4.2.	Estruturação das sentenças.....	795
4.2.1.	Relatório.....	795
4.2.2.	Fundamentação.....	796
4.2.3.	Dispositivo ou conclusão.....	796
5.	Correlação entre imputação e decisão.....	796
5.1.	Emendatio libelli.....	797
5.1.1.	Emendatio libelli na fase recursal.....	797
5.1.2.	Emendatio libelli por ocasião do recebimento da denúncia.....	797
5.1.3.	Emendatio libelli por vício de capitulação.....	798
5.1.4.	Emendatio libelli por interpretação diversa.....	798
5.1.5.	Procedimento complementar à emendatio libelli.....	798
5.2.	Mutatio libelli.....	799
5.2.1.	Vedação da mutatio libelli em grau de recurso.....	799
5.2.2.	Mutatio libelli e correlação entre pedido e sentença.....	800
5.2.3.	Mutatio libelli e pedido de absolvição.....	800
5.2.4.	Mutatio libelli e imputação alternativa no processo penal.....	801
5.2.5.	Procedimento complementar à mutatio libelli.....	802
6.	Sentenças em processo penal condenatório.....	803
6.1.	Relatório e fundamentação da sentença penal condenatória.....	804
6.2.	Parte dispositiva da sentença penal condenatória.....	805
6.3.	Sistema trifásico de aplicação da pena.....	806
6.3.1.	Fixação da pena-base.....	806
6.3.2.	Fixação da pena intermédia.....	807
6.3.3.	Fixação da pena definitiva.....	807
6.4.	Substituição das penas.....	808
6.5.	Pena de multa.....	808
6.6.	Efeitos da sentença penal condenatória.....	808
6.6.1.	Efeitos penais.....	808
6.6.2.	Efeitos civis.....	810
6.6.3.	Efeitos administrativos.....	811
6.6.4.	Efeitos restritivos de outros direitos.....	811
6.6.5.	Efeito prodrômico ou non reformatio in pejus.....	812
7.	Sentença absolutória.....	813
7.1.	Efeitos da sentença absolutória.....	815
8.	Sentença declaratória de extinção da punibilidade.....	816

9.	Publicidade e comunicação processual da sentença.....	817
9.1.	Publicação da sentença.....	817
9.2.	Intimação da sentença.....	818
9.2.1.	Intimação da parte autora nas ações penais privadas.....	818
9.2.2.	Intimação do Ministério Público, do defensor público e do defensor dativo.....	819
9.2.3.	Formas de intimação da sentença.....	819
9.2.4.	Formas de intimação da decisão de pronúncia.....	820
9.2.5.	Prazo de dilação dos editais de intimação da sentença.....	821
9.2.6.	Intimação do ofendido.....	821
9.2.7.	Intimação da sentença por carta precatória.....	821
10.	Coisa julgada e preclusão.....	821
10.1.	Natureza jurídica da coisa julgada.....	822
10.2.	Espécies de preclusão.....	822
10.3.	Coisa julgada criminal e revisão criminal favor rei.....	822
10.4.	Coisa julgada criminal e o princípio da correlação entre causa petendi e sentença.....	823
11.	Quadro sinótico.....	824
12.	Súmulas do STJ.....	834
13.	Súmulas do STF.....	834

TÍTULO XVI RECURSOS

CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	835	
1.	Conceito.....	835
2.	Natureza jurídica.....	836
3.	Fundamentos e o duplo grau de jurisdição.....	837
4.	Princípios recursais.....	838
4.1.	Princípio da voluntariedade.....	838
4.2.	Princípio da taxatividade.....	839
4.3.	Princípio da irrecorribilidade, da singularidade ou da unicidade.....	840
4.4.	Princípio da fungibilidade recursal ou do recurso indiferente, do tanto vale, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos.....	840
4.5.	Princípio da convação.....	841
4.6.	Princípio da vedação da reformatio in pejus.....	841
4.7.	Princípio da conversão.....	842
4.8.	Princípio da complementariedade dos recursos.....	842
4.9.	Princípio da suplementariedade ou da suplementação dos recursos.....	843
4.10.	Princípio da variabilidade dos recursos.....	843
4.11.	Princípio da dialeticidade dos recursos.....	844
4.12.	Princípio da intranscendência ou da personalidade.....	844
4.13.	Princípio da colegialidade recursal.....	845
5.	Impedimentos recursais.....	845
5.1.	Desistência do recurso.....	846
5.2.	Renúncia ao direito de recorrer.....	846
5.3.	Deserção do recurso.....	846
6.	Pressupostos de admissibilidade recursal.....	846
6.1.	Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	847
6.1.1.	Previsão legal ou cabimento.....	847
6.1.2.	Observância das formalidades legais.....	847
6.1.3.	Tempestividade recursal.....	848
6.1.4.	Adequação.....	850
6.1.5.	Inexistência de fatos impeditivos.....	851
6.1.6.	Motivação.....	851
6.1.7.	Sucumbência.....	851
6.2.	Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	851

6.2.1.	Interesse recursal	852
6.2.2.	Legitimidade para recorrer.....	852
6.2.2.1.	Legitimidade recursal geral.....	853
6.2.2.2.	Legitimidade recursal especial.....	853
7.	Competência recursal.....	853
8.	Procedimento recursal e terminologia	854
9.	Efeitos recursais.....	855
9.1.	Efeito devolutivo	855
9.2.	Efeito suspensivo.....	856
9.3.	Efeito regressivo.....	858
9.4.	Efeito extensivo.....	858
9.5.	Efeito translativo.....	858
9.6.	Efeito dilatário-procedimental.....	859
10.	Extinção dos recursos.....	859
11.	Quadro sinótico.....	860
12.	Súmulas do STJ.....	863
13.	Súmulas do STF.....	863

**TÍTULO XVI
RECURSOS**

CAPÍTULO 2 – RECURSOS EM ESPÉCIE.....	865
1. Recurso em sentido estrito.....	865
1.1. Interposição	865
1.2. Cabimento	866
1.2.1. Hipóteses legais de cabimento.....	866
1.2.1.1. Decisão que não receber denúncia ou queixa (art. 581, I, CPP).....	867
1.2.1.2. Decisão que concluir pela incompetência do juízo (art. 581, II, CPP).....	867
1.2.1.3. Decisão que julgar procedente as exceções, salvo a de suspeição (art. 581, III, CPP)	867
1.2.1.4. Decisão que pronunciar o réu (art. 581, IV, CPP)	868
1.2.1.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante (art. 581, V, CPP)	868
1.2.1.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor (art. 581, VII, CPP)	868
1.2.1.7. Decisão que reconhecer a prescrição ou julgar extinta a punibilidade (art. 581, VIII, CPP).....	868
1.2.1.8. Decisão que indeferir reconhecimento de causa extintiva de punibilidade (art. 581, IX, CPP)	868
1.2.1.9. Decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou negar a ordem de habeas corpus (art. 581, X, CPP).....	869
1.2.1.10. Decisão de primeiro grau de jurisdição que anular, no todo ou parcialmente, o processo, a partir da instrução criminal (art. 581, XIII, CPP).....	869
1.2.1.11. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir (art. 581, XIV, CPP).....	869
1.2.1.12. Decisão que não receber apelação criminal ou julgá-la deserta (art. 581, XV, CPP).....	869
1.2.1.13. Decisão que suspender o processo em face de questão prejudicial (art. 581, XVI, CPP)	869
1.2.1.14. Decisão que julgar o incidente de falsidade documental (art. 581, XVIII, CPP).....	870
1.2.1.15. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A, do Código. (art. 581, XXV, CPP).....	870
1.2.2. Hipóteses de recurso em sentido estrito revogadas tacitamente pelo art. 197, da LEP	870
1.3. Processamento e julgamento.....	870
2. Apelação criminal.....	872
2.1. Funções.....	873
2.2. Limites à cognoscibilidade da apelação criminal nos procedimentos do júri.....	873
2.3. Extensão.....	874
2.4. Interposição	874
2.5. Cabimento	875
2.5.1. Sentenças condenatórias ou absolutórias prolatadas por juiz singular (art. 593, I, CPP)	875

2.5.2.	Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, não inseridas nas hipóteses de recurso em sentido estrito (art. 593, II, CPP)	876
2.5.3.	Decisões do tribunal do júri (art. 593, III, CPP).....	876
2.5.4.	Sentença de impronúncia (art. 416, CPP).....	878
2.5.5.	Sentença de absolvição sumária (art. 416, CPP).....	878
2.5.6.	Decisões do juizado especial criminal (art. 82, Lei n.º 9.099/1995).....	878
2.6.	Processamento e julgamento.....	878
3.	Carta testemunhável.....	882
3.1.	Interposição	883
3.2.	Cabimento.....	884
3.3.	Processamento e julgamento.....	885
4.	Embargos de declaração.....	886
4.1.	Oposição.....	886
4.2.	Cabimento.....	886
4.3.	Processamento e julgamento.....	887
5.	Agravo interno inominado ou regimental.....	888
5.1.	Interposição	888
5.2.	Cabimento.....	888
5.3.	Processamento e julgamento.....	889
6.	Embargos infringentes e de nulidade	889
6.1.	Interposição	889
6.2.	Cabimento dos embargos infringentes e de nulidade.....	890
6.3.	Cabimento dos embargos infringentes no STF.....	891
6.4.	Processamento e julgamento.....	891
7.	Recursos especial e extraordinário.....	892
7.1.	Interposição	892
7.2.	Prazo e sua contagem.....	893
7.3.	Modalidade adesiva.....	893
7.4.	Efeitos.....	893
7.5.	Cabimento.....	895
7.6.	Processamento e julgamento.....	898
8.	Recurso ordinário constitucional.....	899
8.1.	Interposição	899
8.2.	Cabimento.....	900
8.3.	Processamento e julgamento.....	901
9.	Agravo em recurso especial e extraordinário	901
9.1.	Interposição	902
9.2.	Cabimento.....	903
9.3.	Processamento e julgamento.....	903
10.	Embargos de divergência.....	904
10.1.	Interposição	904
10.2.	Cabimento.....	904
10.3.	Processamento e julgamento.....	904
11.	Agravo em execução	905
11.1.	Interposição	906
11.2.	Cabimento.....	906
11.3.	Processamento e julgamento.....	907
12.	Reclamação contra a lista geral de jurados.....	907
12.1.	Interposição	907
12.2.	Cabimento.....	907
12.3.	Processamento e julgamento.....	907
13.	Quadro sinótico.....	908
14.	Súmulas do STJ.....	925
15.	Súmulas do STF.....	925

TÍTULO XVII

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1. Introdução.....	927
2. Ação de habeas corpus	928
2.1. Natureza jurídica	929
2.2. Cabimento	929
2.2.1. Falta de justa causa.....	930
2.2.2. Excesso de prazo	930
2.2.3. Incompetência do órgão coator.....	931
2.2.4. Cessação dos motivos da coação.....	931
2.2.5. Negativa Injustificada de prestação de fiança	931
2.2.6. Processo manifestamente nulo.....	931
2.2.7. Extinção da punibilidade.....	932
2.2.8. Outras hipóteses de cabimento	932
2.3. Causa de pedir e coisa julgada	933
2.4. Espécies de habeas corpus.....	934
2.4.1. Preventivo.....	934
2.4.2. Repressivo ou liberatório.....	934
2.4.3. Suspensivo	934
2.4.4. Profilático ou trancativo.....	934
2.5. Habeas corpus e pena privativa de liberdade.....	934
2.6. Pedido genérico em habeas corpus	934
2.7. Habeas corpus e transgressão disciplinar	935
2.8. Competência	935
2.9. Legitimidade	938
2.9.1. Legitimidade ativa	938
2.9.2. Legitimidade passiva	939
2.10. Forma de propositura.....	939
2.11. Procedimento.....	940
2.12. Julgamento	942
2.13. Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	943
2.14. Habeas corpus <i>ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão.....	944
2.15. Recursos em habeas corpus e habeas corpus substitutivo.....	944
2.15.1. Jurisprudência defensiva.....	945
3. A�o de mandado de segurança em matéria penal.....	945
3.1. Cabimento	946
3.2. Competência	948
3.3. Legitimidade	949
3.3.1. Legitimidade ativa	949
3.3.2. Legitimidade passiva	949
3.4. Procedimento.....	950
3.5. Mandado de segurança coletivo.....	952
4. A�o de revisão criminal.....	952
4.1. Cabimento	953
4.2. Inexistência de prazo para propositura da a�o revisional.....	954
4.3. Competência	954
4.4. Legitimidade.....	954
4.4.1. Legitimidade ativa.....	954
4.4.2. Legitimidade passiva	955
4.5. Propositura	955
4.6. Procedimento.....	956
4.7. Julgamento e indeniza�o.....	956
5. Correi�o Parcial.....	958
5.1. Legitimidade	959
5.1.1. Legitimidade ativa	959

5.1.2. Legitimidade passiva.....	959
5.2. Propositura.....	959
5.3. Prazo para apresentação.....	959
5.4. Cabimento.....	959
5.5. Processamento e julgamento.....	960
6. Reclamação constitucional.....	960
6.1. Ajuizamento	961
6.2. Cabimento	961
6.3. Processamento e julgamento.....	962
7. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	962
7.1. Legitimidade	963
7.2. Cabimento.....	963
7.3. Processamento	963
7.4. Julgamento	963
9. Súmulas do STJ.....	978
10. Súmulas do STF.....	978

TÍTULO XVIII NULIDADES

CAPÍTULO 1 – TEORIA DA NULIDADE	979
1. Introdução.....	979
2. Nulidade como defeito e sanção.....	980
3. Entendendo o tema.....	981
4. Noção de prejuízo.....	981
5. Nulidade e rescindibilidade.....	982
6. Sistemas de nulidades: rol exemplificativo	982
7. Fundamento constitucional.....	984
8. Tipicidade e atipicidade do ato processual	985
9. Elementos e formalidades do ato processual penal	985
10. Relativização das nulidades processuais	987
11. Princípios informativos das nulidades	987
11.1. Princípio do pas de nullité sans grief, do prejuízo ou da transcendência.....	988
11.2. Princípio da conservação dos atos processuais ou aproveitamento.....	988
11.3. Princípio do interesse na alegação ou da proteção.....	989
11.4. Princípio da instrumentalidade das formas ou da finalidade.....	989
11.5. Princípio da verdade substancial ou da verdade real.....	990
11.6. Princípio da economia processual.....	990
11.7. Princípio da duração razoável do processo ou da celeridade.....	990
11.8. Princípio da convalidação dos atos processuais	991
11.9. Princípio da oportunidade ou da preclusão	991
11.10. Princípio da anuência das partes.....	992
11.11. Princípio do contraditório	992
11.12. Princípio da causalidade, concatenação, da consequencialidade ou da interdependência dos atos processuais.....	993
11.13. Princípio da generalidade ou do rol aberto.....	993
11.14. Princípio da eficácia do ato viciado.....	993
11.15. Princípio da boa-fé objetiva e o duty to mitigate the loss na esfera criminal.....	993
12. Efeitos.....	994
13. Quadro sinótico.....	995
14. Súmulas do STF.....	998

TÍTULO XVIII NULIDADES

CAPÍTULO 2 – NULIDADES EM ESPÉCIE.....	999
1. Introdução.....	999
2. Falta ou deficiência de defesa.....	1000
3. Ilegitimidade da parte.....	1002
4. Incompetência do juízo.....	1004
5. Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.....	1006
6. Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação.....	1008
7. Ausência de intervenção do Ministério Público.....	1009
8. Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu.....	1009
9. Vícios na decisão de pronúncia e rol de testemunhas.....	1010
10. Não intimação do réu da data de julgamento pelo júri.....	1011
11. Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	1012
12. Concessão de prazos processuais.....	1013
13. Falta de intimação de testemunhas.....	1014
14. Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	1016
15. Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	1017
16. Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri.....	1018
17. Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular.....	1018
18. Decisão carente de fundamentação e demais vícios na sentença ou decisão.....	1019
19. Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	1022
20. Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais.....	1023
21. Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais.....	1023
22. Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	1024
23. Vícios na investigação preliminar.....	1024
24. Quadro sinótico.....	1025
25. Súmulas do stj.....	1032
26. Súmulas do STF.....	1032

TÍTULO XIX DISPOSIÇÕES GERAIS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. Audiências e sessões.....	1033
2. Publicidade.....	1034
3. Poder de polícia do juiz.....	1034
4. Prazos penais e processuais penais.....	1035
4.1. Fluência dos prazos processuais.....	1036
4.2. Prazos processuais em espécie.....	1038
4.3. Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais.....	1039
4.3.1. Princípio da paridade e da igualdade de tratamento.....	1039
4.3.2. Princípio da brevidade.....	1040
4.3.3. Princípio da economia processual.....	1040
4.3.4. Princípio da utilidade.....	1040
4.3.5. Princípio da preclusão.....	1040
4.3.6. Princípio da continuidade.....	1040
4.3.7. Princípio da irredutibilidade ou da inalterabilidade de prazos.....	1040
4.3.8. Princípio da improrrogabilidade subjetiva.....	1040
4.3.9. Princípio da prorrogabilidade objetiva.....	1040
5. Retirada dos autos.....	1041
6. Custas processuais.....	1041
7. Substituição do escrivão ou diretor de secretaria.....	1042

8. Estatística judiciária criminal	1042
9. Quadro sinótico	1043
10. Súmulas do STJ.....	1045
11. Súmulas do STF.....	1045

TÍTULO XX EXECUÇÃO PENAL

1. O consenso e o conflito na execução penal.....	1047
2. Natureza jurídica.....	1048
3. Autonomia do processo executivo penal.....	1048
4. Requisitos.....	1049
5. Objetivos.....	1049
6. Juízo competente.....	1049
6.1. Competência do juízo federal da execução penal para julgar ação penal de conhecimento.....	1051
7. Princípios norteadores	1051
7.1. Princípio do devido processo legal.....	1051
7.2. Princípio da individualização da pena.....	1051
7.3. Princípio da personalização da pena	1052
7.4. Princípio da legalidade	1052
7.5. Princípio da irretroatividade da lei	1053
7.6. Princípios do contraditório e ampla defesa.....	1053
7.7. Princípios informativos da prova penal	1054
7.8. Princípio da isonomia.....	1054
7.9. Princípio da não-autoincriminação.....	1054
7.10. Princípio reeducativo	1054
7.11. Princípio do duplo grau de jurisdição	1055
7.12. Princípio da humanização.....	1055
7.13. Princípio da cooperação comunitária	1055
7.14. Princípio da oficialidade	1055
7.15. Princípio da publicidade	1055
7.16. Princípio da motivação das decisões	1055
7.17. Princípio numerus clausus.....	1055
8. Aplicação ao preso provisório	1056
9. Órgãos da execução penal	1056
9.1. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.....	1056
9.2. Conselho Penitenciário	1056
9.3. Departamento Penitenciário Local	1056
9.4. Direção do estabelecimento penal	1056
9.5. Quadro do pessoal penitenciário.....	1056
9.6. Patronato público ou particular.....	1057
9.7. Conselho da Comunidade	1057
9.8. Defensoria Pública	1057
10. Localidade de cumprimento de pena	1057
11. Estabelecimentos para cumprimento de pena	1058
11.1. Penitenciária	1058
11.2. Colônia agrícola, industrial ou similar	1059
11.3. Casa do Albergado.....	1059
11.4. Centro de Observação	1060
11.5. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1060
11.6. Cadeia pública.....	1060
12. Critérios para separação de presos provisórios e apenados	1060
13. Execução indireta de atividades acessórias (privatização ou terceirização no sistema prisional).....	1061
14. Deveres do preso durante a execução da pena.....	1061
15. Direitos do preso durante a execução da pena	1061

15.1. Direitos políticos.....	1062
15.2. Visita.....	1063
15.3. Comunicação.....	1063
15.4. Assistência	1064
15.5. Trabalho.....	1065
16. Identificação do perfil genético.....	1067
17. Faltas disciplinares.....	1069
17.1. Classificação	1070
17.2. Procedimento para a aplicação de sanção	1071
18. Regime Disciplinar Diferenciado	1071
18.1. Requisitos para inclusão no Regime Disciplinar Diferenciado.....	1072
18.2. Condições para cumprimento do Regime Disciplinar Diferenciado em presídio federal.....	1072
18.3. Prorrogação.....	1072
18.4. Características	1072
19. Recompensas.....	1073
20. Intervenção do ministério público na execução penal.....	1073
21. Penas privativas de liberdade.....	1073
22. Penas restritivas de direito	1074
23. Pena de multa.....	1076
24. Medida de segurança.....	1077
25. Prisão albergue domiciliar.....	1079
26. Procedimento da execução penal.....	1079
26.1. Guia de execução penal.....	1079
26.2. Processamento da execução penal.....	1080
27. Execução provisória da pena.....	1080
28. Regime de cumprimento da pena.....	1081
28.1. Regressão de regime	1081
28.2. Regressão cautelar.....	1082
28.3. Progressão de regime.....	1082
28.3.1. Disciplina legal anterior do requisito temporal necessário à progressão de regime.....	1082
28.3.2. Progressão de regime da mulher gestante, mãe de criança ou com dependente.....	1083
28.3.3. Requisito temporal diferenciado para a progressão de regime.....	1083
28.3.4. Exigência de bom comportamento para fins de progressão de regime	1084
28.3.5. Progressão por salto	1085
29. Livramento condicional	1086
30. Condições para cumprimento de regime de pena.....	1089
31. Incidentes e conversões.....	1089
31.1. Doença mental superveniente	1090
31.2. Desvio e excesso de execução	1091
32. Anistia e indulto	1091
33. Remição pelo estudo e pelo trabalho.....	1092
33.1. Remição ficta e degradante	1094
34. Detração penal	1094
35. Autorizações de saída	1094
35.1. Permissão de saída.....	1094
35.2. Saída temporária	1095
36. Monitoração eletrônica.....	1096
37. Suspensão condicional da pena.....	1096
38. Meios de impugnação	1098
39. Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena	1098
40. Quadro sinótico.....	1099
41. Súmulas do STJ	1115
42. Súmulas do STF.....	1116